

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS PÚBLICOS E O CASO DO CÂMPUS-SEDE DA UEM-PR

YVALDYNE MARIA NEVES DE COUTO MELO¹

CÉSAR MIRANDA MENDES²

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar os câmpus universitários públicos: suas origens, a relação de seu espaço com o espaço urbano, sua espacialidade e a produção de seus espaços, contemplando o processo de verticalização das edificações. As categorias de análise são o Estado/Governo e o Capital.

Palavras-chave: câmpus, espaço urbano, espacialidade, verticalização, estado/governo, capital.

Abstract

Considerations About The Public University Campuses And The Main Campus of UEM/PR

This paper aims to investigate public university campuses : their origins, the relation of their space with the urban space, their occupations and their forms of production, including the process of verticalization. The categories analysed are State/Government and financial resources.

Key words: câmpus, urban design, spacing, vertical buildings, state/government and financial resources.

¹ Yvaldyne Maria Neves de Couto Melo – Arquiteta, aluna mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Área de concentração: Análise Regional e Ambiental. E-mail: ymncmelo@uem.br ymncmelo@uem.br.

² Orientador - Professor Dr. César Miranda Mendes do Departamento de Geografia da UEM e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEM. E-mail: cmmendes@uem.br cmmendes@uem.br.

ORIGENS

Para entendermos o espaço universitário, necessitamos saber quando, como e em que circunstâncias ele surgiu .

Assim como a Europa, a América e, em especial, o Brasil têm suas universidades originadas no sistema de faculdades isoladas.

No Brasil, segundo VASCONCELLOS (1984), MALTA (1986) e CUNHA (1988), a universidade surgida sob o Estado Novo teve como modelo o câmpus americano, de grandes dimensões e isolado.

As cidades universitárias do antigo Distrito Federal – Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão, e da Universidade de São Paulo (USP), na Fazenda Butantã, são exemplos dos anos trinta.

A cidade universitária reflete o taylorismo na sua estrutura que, reforçado pela reforma universitária de 1968, expressa-se de forma clara, mas inadequada, em seu espaço físico, por meio dos princípios modernistas: setorização funcional, hierarquização e separação das vias de pedestres e de veículos e implantação isolada dos edifícios em meio a extensas áreas livres.

Nos anos setenta, da mesma forma que o espaço citadino, o espaço universitário, então denominado câmpus universitário, refletia a aplicação dos princípios modernistas cujo ciclo, segundo MALTA (1986), encerrou-se com Brasília (1960).

Entretanto, a própria Universidade de Brasília (UnB), de 1961, serviu de referência nacional para as demais universidades.

Com área de 395 ha (ZIMBRES et al. 1986. p.368), a UnB está perfeitamente integrada ao desenho urbano da cidade, dadas as características peculiares desta, já que “Brasília constrói-se por justaposição de territórios”, além de reproduzir suas características modernas de cidade-jardim.

Isto não acontece com os demais câmpus em relação aos espaços urbanos em que se inserem. O referido autor afirma que Brasília “é a cidade-jardim na cidade-jardim”.

A aplicação da reforma de 1968 levou a uma dispersão dos alunos e à duplicação do território universitário, fragmentando-o em diversas universidades brasileiras. O espaço geográfico foi afetado diretamente ao provocar a extensão da malha urbana para a periferia e os gastos com infra-estrutura se avolumaram.

Segundo MALTA (1986. p.165) o sistema federal de ensino superior, na época, possuía 80% de suas construções em câmpus e esses refletiam “o isolamento da Universidade, a falta de integração acadêmica ... a administração caótica dos meios disponíveis e a falta generalizada de recursos”.

A Universidade de Maringá também foi implantada na periferia da cidade, tanto na proposta da comissão de desenvolvimento de Maringá (Codem), em 1967,

quanto na proposta feita pela comissão designada pela municipalidade local, em 1968.

Quinhentos hectares, no estudo contratado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) (Figura 1).

A área prevista para o câmpus da UEM era de 206,39 ha, equivalente aproximadamente a 2/5 do valor preconizado para as universidades brasileiras pelo conselheiro americano Rudolph Atcon – quinhentos hectares, no estudo contratado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) (Figura 1).

Figura 1 - Perímetro de Expansão da Cidade de Maringá CODEM/1967 com Demarcação das Áreas Universitárias de 1967 e de 1968



■ □ ■ PERÍMETRO DE EXPANSÃO DA CIDADE DE MARINGÁ, 1967. Sem escala.
FONTE: COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ (1967).

■ ÁREA UNIVERSITÁRIA PREVISTA NO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ – 1967.
FONTE: COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ (1967).

▨ ÁREA DEFINIDA PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM, PELA COMISSÃO CONSTITUÍDA PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – 1968.
FONTE: UEM. Prefeitura do Câmpus-Sede (2000).
Arquivos da divisão de projetos.

Organização: Yvaldyne Maria Neves de Couto Melo.

O espaço universitário maringaense, situado após a histórica Rodovia do Café, atual BR 376 (Av. Colombo), ficava de certa forma isolado do espaço urbano, segregado, em função da ausência de continuidade da malha viária. Nas divisas leste e norte do câmpus abriu-se o loteamento popular denominado Vila Esperança – I parte (1948), II parte (1968) e III parte (1973). A oeste fica o córrego Mandacaru. Estas considerações levam-nos a admitir que a necessidade de uma área maior e a proximidade com a estação rodoviária tenham sido relevantes na escolha desta segunda área.

As definições encontradas para câmpus nos dicionários são simplórias.

Destarte, destacamos o conceito de Cunha:

No sentido comumente aceito, o campus é um espaço contínuo, delimitado e exclusivo, onde se reúnem os edifícios de uma universidade, podendo estar situado dentro da cidade, na sua periferia ou fora dela. A idéia limite do campus consiste no território que reúne todas as instalações de uma universidade. Embora poucas universidades brasileiras estejam assim implantadas, essa idéia não deixa de estar presente em todas elas de um modo ou de outro³ (CUNHA, 1998. p.10).

Por não ser viável a idéia limite do câmpus e este ser um espaço contínuo, delimitado e exclusivo, pela existência de duplo território universitário da malha viária e da integração da universidade com a sociedade e frente às considerações anteriormente resgatadas, propomos uma nova definição para câmpus, qual seja:

Câmpus é um espaço contínuo ou não, quase sempre delimitado, em função das características do território universitário e de sua localização geográfica, onde se reúnem todos os edifícios de uma Universidade, ou parte deles, podendo estar situado na malha urbana, na periferia desta ou fora dela. Território este onde se realizam as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de forma interativa com a sociedade, além de outras atividades capazes de promover esta integração (MELO, 2000).

CATEGORIAS DE ANÁLISE: ESTADO/GOVERNO E CAPITAL

BARRETO & MENDES (1999. p.63) afirmam que “Na complexa dinâmica da urbanização e, mais especificamente, na verticalização, resgatam-se duas categorias

³ Grifo nosso.

que se apresentam de maneira decisiva: o Capital e o Estado,” os quais são também, os agentes produtores do espaço universitário público – o câmpus.

O Estado/Governo nos seus diversos segmentos – Federal, Estadual e Municipal – participam de diversas formas, na criação e manutenção deste espaço geográfico específico, quer por meio de desapropriações e de fontes de financiamentos externos e internos, quer através da legislação que o produz.

A legislação é a primeira instância na qual o Estado/Governo produz o espaço, e não poderia ser diferente com o espaço universitário.

Desde sua configuração espacial até a produção das edificações, ao longo do processo histórico, o Estado/Governo investiu em maior ou menor escala nestes espaços.

Segundo CUNHA (1988, p.11), foram tanto a legislação maior – a Constituição de 1967 - quanto os Atos Institucionais - incluído o de número cinco e a Reforma de Ensino de 1968 – que promoveram as mudanças no ensino universitário, as quais culminaram com a adoção do modelo americano de câmpus como “condição espacial para que os objetivos econômicos da reforma universitária fossem alcançados: a eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, e, por via de consequência, a minimização do custo médio da matrícula adicional, num ensino superior em rápida expansão”.

O Estado/Governo adotou rapidamente a idéia do câmpus longe da malha urbana, de grandes dimensões, com quinhentos hectares – cinco milhões de metros quadrados, que redundou numa configuração espacial inicialmente segregacionista, dadas as dificuldades de acesso a ele pela comunidade, fato este explicável somente por estarmos, na época, sob a égide do governo militar.

Preferencialmente localizados na periferia urbana, ou além dela, o câmpus atendeu aos interesses dos agentes produtores do espaço – fundiários, imobiliários e incorporadores – tornando as áreas de seu entorno objeto de especulação imobiliária, além de proporcionar ao Estado/Governo a redução do custo inicial de implantação dos câmpus.

Segundo CUNHA (1988), o Estado/Governo, na esfera internacional, a exemplo do Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD), participou da viabilização destes câmpus, financiando-os, com a hegemonia americana, e acordado pelo Conselho Federal de Educação e pelas reitorias das universidades brasileiras.

CAPEL (1990) coloca o Estado como o agente que colabora de forma decisiva na produção do espaço urbano, quando desempenha, por meio de órgãos públicos, um papel subsidiário para atender às camadas de baixa renda. No processo de verticalização brasileiro, centrado na habitação, as maiores beneficiadas foram as populações de rendas média e alta.

Os câmpus, hoje, em sua maioria, encontram-se inseridos no espaço urbano e o papel subsidiário do Estado/Governo deve ser aí desempenhado, pois além da educação ser primordial para o desenvolvimento da sociedade é de sua responsabilidade o ensino de 3º grau e, em especial, seu processo de implantação, o qual foi ele o desencadeador.

Para a execução das edificações dos câmpus, inclusive as do Câmpus-Sede da UEM, foram e são utilizados recursos do tesouro – Federal, Estadual e Municipal – próprios e de convênios, os quais variam com o Estado/Governo e suas relações entre os vários níveis.

SOUZA (1994), ao abordar a questão Estado e Verticalização, faz ver o interesse dos incorporadores no processo de verticalização subsidiado pelo Estado.

A questão da verticalização do câmpus é de outra natureza. No caso do câmpus público, não temos a ação direta do agente produtor da esfera privada, só indiretamente.

No Câmpus-Sede da UEM, sofremos a ingerência em especial dos agentes incorporadores e construtores, que, pressionando o Estado/Governo (Municipal), fizeram com que este, por meio de decretos, tornasse sem efeito a utilidade pública de parte da área que foi destinada para o câmpus da UEM.

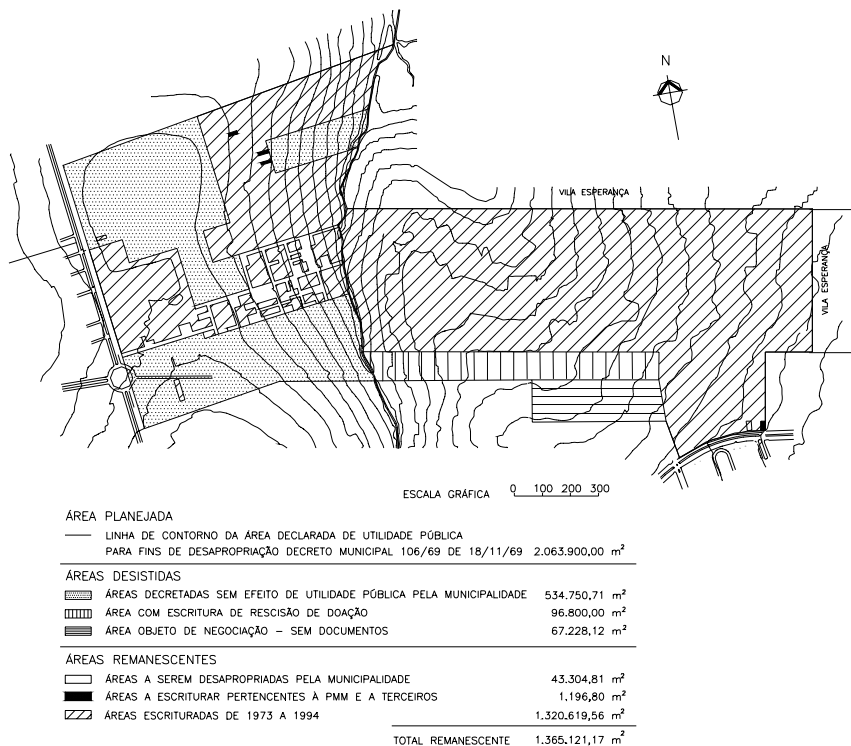
A área planejada para o Câmpus-Sede da UEM, com 206,39 ha – 2.063.900,00m², reduziu-se para 132,54 ha – 1.323.543,04 m², inviabilizando a execução de parte do Plano Piloto, cuja implantação iniciou em 1977, notadamente da área de pesquisa com laboratórios pesados (Figura 2).

É o Estado/Governo que deve ser o principal agente produtor do espaço universitário. Nossa Universidade é pública e gratuita.

É preciso que o poder local viabilize pelo menos parte desta área não consolidada, utilizando-se do instrumento do “direito de desapropriação e precedência na compra de terras” (A. Samson⁴ *apud* CORRÊA, 1989. p.25).

⁴ In: DURAND-LASSERVE, Alain (1980). (Nota do autor citado).

Figura 2 - Situação dos Terrenos⁵ na Área Planejada para O Câmpus-Sede da UEM - Outubro/2000



FONTE: UEM. Prefeitura do Câmpus-Sede (2000).

Arquivos da divisão de projetos..

Organização: Yvaldyne Maria Neves de Couto Melo. CAD: Rodisney Redivo.

O papel do poder local é de suma importância no que se refere à participação na estruturação do câmpus quanto ao sistema viário, às edificações, à consolidação de sua área e às negociações com os demais níveis de governo.

Aos poderes estadual e municipal cabe um papel maior em relação à UEM – entidade estadual que necessita de recursos para a consolidação do câmpus quanto: aos terrenos, à infra-estrutura e às edificações. O apoio destes segmentos é de fundamental importância para a viabilização de recursos.

⁵ Alguns terrenos encontram-se em litígio judicial, e parte deles já têm uso pela UEM, desde há muito tempo.

Se o Estado/Governo, ao longo do tempo, vem subsidiando o processo de verticalização das cidades, voltado principalmente para a habitação, por que não financiar para o ensino de terceiro grau?

Por que não investir em Maringá, como em Londrina (UEL), Ponta Grossa (UEPG) e em Cascavel, sede da Universidade do Oeste Paranaense (UNIOESTE)?

Por que não dar garantias reais para a obtenção do financiamento solicitado ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)?

O que pretende o BNDES ao dizer que “está estudando a possibilidade de vir a financiar os compradores de imóveis das universidades públicas” (GASPARI, 2000. p.13) ? Que elas se desfaçam de parte de seus patrimônios para viabilizarem suas construções? Que desta forma este banco se exima de sua responsabilidade nos investimentos públicos?

Será que o Estado/Governo continuará com seu papel de “mentor e motor da economia, privilegiando setores e grupos econômicos, para gerar o capitalismo da grande empresa”? (CAMPOS FILHO, 1989. p.47).

“Ao Estado não cabe ter lucro, nem o próprio retorno do Capital.” (SANTOS & MELO, 1999)⁶, tanto na questão habitacional quanto nas questões voltadas para a educação ou para quaisquer outros fins sociais.

ESPAÇO UNIVERSITÁRIO / ESPAÇO URBANO

Pensar em câmpus é pensar sobre o desenho urbano – projeto – na sua escala apropriada, urbana. É pensar sobre este desenho em função da divisão social do trabalho. É pensar sobre a configuração territorial.

Segundo KOHLSDORF & KOHLSDORF (1984. p.57), é com o final da Idade Média que o desenho urbano se afirma como campo de projetos de grandes proporções, das “Villeneuves, Bastides e das Leyes de las Índias”, preestabelecendo o espaço conquistado na América e, por meio dele, a dominação do território; dos planos globais barrocos, das renovações urbanas radicais do século XIX, dos grandes conjuntos habitacionais como estratégia de controle da força de trabalho local e de cidades novas como estratégia da aliança do capital monopolista com um Estado centralizador”.

⁶ (SANTOS, E. A. M., MELO, Y. M. N. C. *Seminário da disciplina agentes do mercado imobiliário e verticalização*, p.7. (Trabalho não publicado do Programa de Mestrado em Geografia – UEM).

Argumentam KOHLSDORF & KOHLSDORF (1984) que o espaço urbano, em função dos princípios estabelecidos na Carta de Atenas⁷, fruto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – Ciam, 1933, que passam à praxis no pós-guerra, são baseados na análise das funções urbanas, habitação, trabalho, lazer e circulação, as quais refletem a aplicação do taylorismo à cidade, tendo como referência a modernidade e a produção em série.

São conceitos sistêmicos, ideais, que nem sempre funcionam, por não respeitarem as características particulares de cada território e povo. Aplicados aos câmpus, não foram funcionais. Da mesma forma, não há como “copiar” modelos de outros câmpus. Cada qual possui características próprias, regionais e locais.

Dizem ainda KOHLSDORF; KOHLSDORF (1984) que as tendências recentes estimulam a multifuncionalidade urbana, amenizando o zoning⁸ e propõem a recuperação dos espaços públicos, especialmente das ruas para uso dos pedestres e a transferência da circulação de veículos individuais para a periferia das aglomerações urbanas.

O paisagismo é resgatado sem as características estritamente funcionais que serviam somente ao modelo econômico.

Diante destas reflexões, é preciso buscar coletivamente a especificidade de cada câmpus que varia de acordo com os aspectos geográficos, a proposta pedagógica de trabalho dos cursos ofertados, a população a ser atingida nas diversas formas de atuação e, mais especificamente, os anseios da comunidade universitária, constituída por seus professores, funcionários e alunos, para produzir as morfologias necessárias.

VASCONCELLOS (1984. p.66), ao analisar as possíveis relações entre o espaço urbano e o espaço da universidade, verifica que “na própria conceituação de câmpus – seu programa arquitetônico, bem como a escolha de sua localização, indicam uma proposta física bastante específica”.

A autora acima referida, (1984. p.66) observa que, “o câmpus nasce de um novo modelo espacial proposto pelos americanos”, com um desenho independente do contexto urbano, reproduzindo, segundo este mesmo autor (1984, p.67), “a proposta de reclusão e isolamento” e considerando o câmpus um espaço “antiurbano”. Analisa o processo histórico europeu e americano, iniciado com faculdades isoladas e consolidado com a Universidade cujo modelo é o da Universidade da Califórnia⁹ nascido quase cem anos depois da Universidade de Virgínia.

⁷ Manifesto Doutrinal do Urbanismo Progressista, cujo principal idealizador e representante é o Arquiteto francês Le Corbusier.

⁸ Zoneamento. (Tradução nossa).

⁹ Criada em 1868, em Oakland, sediou-se em Berkeley a partir de 1873, contando com 191 estudantes, numa área de 160 acres, que hoje é de 178 acres – 72,03 ha. O plano de Berkeley foi objeto de concurso internacional em 1899, sendo vencedora Emile Bénard de Paris. (JOVITA, M., 2000). A UEM poderá consolidar o dobro desta área no seu Câmpus-Sede.

Em seguida, VASCONCELLOS (1984. p.68-69) analisa o processo anacrônico latino-americano, especialmente o brasileiro, da colônia, e o surgimento da universidade brasileira no século XX, no sistema de faculdades isoladas. Estes fatos não impediram que os projetos elaborados para as cidades universitárias de São Paulo (1934) e do Rio de Janeiro (1939)¹⁰ já alimentassem “o sonho antiurbano da “cidade universitária””, reforçado mais tarde pela reforma do ensino de 1968, que tinha por objetivo aumentar a população universitária e pelo sistema de crédito, que eliminava a possibilidade de um curso ser dado em um único edifício.

Espaço contraditório, o câmpus resiste, refletindo “a própria contradição entre o discurso da universidade de nossos dias e a sua própria prática”.

A citada autora (1984. p.68) diz que este modelo espacial não corresponde à “aspiração de uma universidade democrática”, mas convém à ordem estabelecida e torna-se mais conveniente deixar a área do câmpus “cercada por bosques ou por uma rede viária de alto tráfego”.

Exemplo disto é o câmpus da UERJ que, mesmo localizado na área urbana, mantém-se isolado pelo sistema viário: avenidas largas e viadutos, além de apresentar uma densidade extremamente alta em relação à superfície total do terreno.

VASCONCELLOS (1984. p.68) diz que este modelo espacial não corresponde à “aspiração de uma universidade democrática”, mas convém à ordem estabelecida e torna-se mais conveniente deixar a área do câmpus “cercada por bosques ou por uma rede viária de alto tráfego”.

O Câmpus-Sede da UEM, por situar-se à margem de uma rodovia, funcionou, ao longo do tempo, como agente de renovação urbana, transformando seu entorno, sobretudo o Jardim Universitário (BARRETO & MENDES 1999) – renovação esta consubstanciada na verticalização da Zona Sete (Z07) e nos novos loteamentos do seu entorno.

VASCONCELLOS (1984. p.73) questiona a dita universidade democrática, aberta e autônoma, cercada por muros, avenidas, viadutos, estradas, cinturões verdes, espaços abertos, isolada do exterior, contraditoriamente dirigida por um “poder político central” que a teme e a mantém por conveniência, reduzindo sua “integração com o mundo exterior, em especial quando se isola fisicamente dele” e decide seu destino.

O olhar polifônico do antropólogo CANEVACCI (1993) sobre a cidade, em parte pode ser aplicado ao câmpus, considerada sua dinâmica e interação com a sociedade, buscando na forma – câmpus a unidade e a diversidade, também existentes nas cidades invisíveis de CALVINO (1990) e necessárias à integração do câmpus x espaço urbano.

¹⁰ O esboço de Le Corbusier, não construído, era em área urbana, na Quinta da Boa Vista (VASCONCELLOS, L. M. *Cadernos brasileiros de arquitetura: desenho urbano II*, 1984. p. 70).

ESPACIALIDADE DOS CÂMPUS

Segundo MALTA (1986. p.165), o Câmpus Universitário mantém os mesmos princípios da Cidade Universitária, embora em contexto político institucional diferente, e seu desenho também mantém as mesmas características básicas oriundas do movimento moderno, quais sejam: a "setorização rígida das atividades", a "hierarquização viária e separação pedestre – veículo" e a "implantação dos edifícios (Centros) de forma isolada em meio a extensas áreas.

Diz ainda MALTA (1986) que o Milagre Brasileiro propiciou planejamentos irrealistas para a educação e os câmpus com áreas exageradas. Os câmpus são utilizados como instrumentos de especulação imobiliária.

Em sua análise, o referido autor (1986) faz algumas observações sobre o território universitário que nos anos oitenta, no contexto urbano ou não, se apresenta exclusivo e isolado; com dificuldades de recursos para viabilizar o sistema viário, a infra-estrutura, a urbanização, que por sua vez dificulta a segurança contra invasões; a difícil percepção e orientação pela ausência de tratamento dos conjuntos urbanos e os sérios problemas de manutenção das edificações.

A UEM é um exemplo disto.

MALTA (1986. p.69) deixa clara a importância dos estudos sobre aspectos da morfologia urbana, dos quais destacamos os dois que seguem: "estudos do desenho urbano como instrumento de poder e controle social, como estudo da relação entre as formas de organização do espaço urbano e as possibilidades de interação social" e " estudo sobre a percepção que os indivíduos têm do espaço (urbano)".

A preocupação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), Santa Catarina, com a integração acadêmica, a ser buscada pela "criação e consolidação de espaços institucionais de ensino e pesquisa interdisciplinar" (CHRISTEN, M. et al., 1998. p.58), é coincidente com as necessidades da UEM quanto à edificação, já que o processo de ocupação dos espaços até sua saturação, sem a qualificação necessária, não atende, também, às exigências para reconhecimento dos cursos pelo Ministério da Educação..

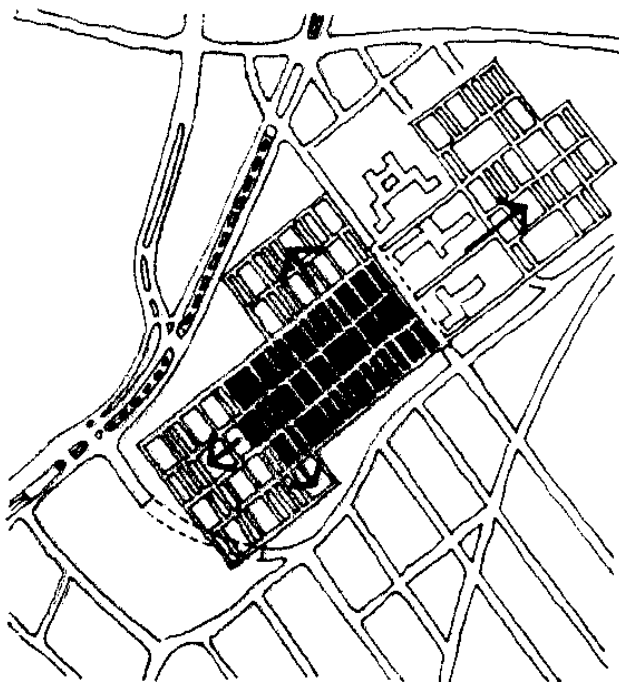
Como a Furb, a UEM também se encontra com seu espaço físico planejado saturado no Câmpus-Sede, com a diferença deste possuir espaço ainda a ser executado, mas com necessidades a serem atendidas, inviáveis no território, espacialidade e morfologia atuais.

Se o território previsto não se consolidar, é preciso buscar alternativas, refazendo parte da morfologia do câmpus e adensando seu uso no espaço ainda por construir. A UEM necessita resgatar esta urbanidade através da verticalização de seus espaços.

VASCONCELLOS (1984. p.72) analisa as propostas de O. Niemeyer para a Universidade de Brasília e a Universidade de Constantine na Argélia, com diversos pavilhões. Estas, embora adotem o mesmo princípio da “Universidade de East Anglia¹¹, em Norwich, de Denys Lasdun, que propõe uma estrutura linear e compacta, com possibilidades de crescimento em suas duas extremidades” diferem desta proposta.

Tudo leva a crer que o planejamento em seqüência tipológica de prédios apresente resultados diferentes por causa de sua concepção. Ressalta VASCONCELLOS (1984. p.72) que “a concepção de “múltiplos” para as edificações cria a possibilidade de racionalização por meio de malhas tridimensionais”, com edifícios pavilhonares e compactos permitindo expansão pré-determinada, desde que associadas à racionalização da construção. A Universidade de Berlim possui edifícios pavilhonares, sem malha triangular, mas permitindo sua expansão tridimensionalmente (Figura 3).

Figura 3 - Plano do Câmpus de Berlim



FONTE: VASCONCELLOS, L. M. (1984. p.73). Sem escala.

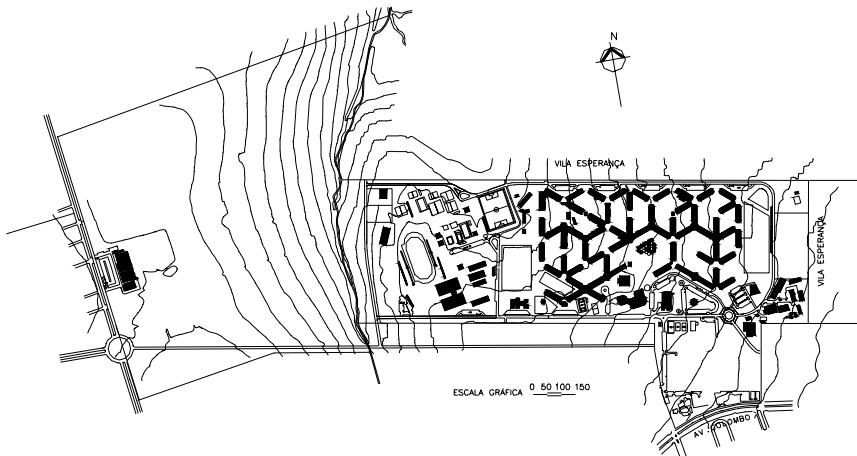
¹¹ Cidade histórica da Inglaterra, fora da área urbana, longe do centro, a exemplo de muitas neste país, cuja oferta econômica foi o fator decisivo e não o fato das áreas centrais não possuírem os duzentos acres recomendados, equivalentes a 80,94 ha. (VASCONCELLOS, L. M., 1984).

No caso do Câmpus-Sede da UEM, o primeiro plano piloto, de autoria dos arquitetos Jaime Lerner, Domingos Henrique Bongestabs e Marcos Prado, comporta-se, em parte, como o plano da UnB, lembrando também o minhocão, Instituto de Ciências e Tecnologia (ICT) com setecentos metros de comprimento, que na proposta do câmpus da UEM está subdividido em duas partes, uma com cem metros e a outra com trezentos metros.

Na proposta do segundo Plano Piloto, de autoria dos mesmos arquitetos já citados no primeiro plano, concebida em múltiplos, a malha é complexa em relação à forma, inicialmente triangular, por vezes hexagonal ou estelar, trazendo problemas na sua implantação quanto: à topografia e acessibilidade; à infra-estrutura; à criação de espaços confinados e à segurança, conforme avaliação realizada pelo Grupo de Planejamento Físico (GPF) da UEM em 1977.

Após quatro anos do início da implantação deste plano piloto, a divisão de projetos da prefeitura do Câmpus-Sede da UEM, procedeu a uma nova avaliação do plano piloto e propôs as alterações necessárias à continuidade e viabilidade de sua implantação, ampliando os bolsões internos, que da forma triangular passaram à forma trapezoidal e losangular, propondo edificações com três pavimentos, ao invés de dois pavimentos e um mezanino, e em maior quantidade que o proposto inicialmente no 2º plano piloto (Figura 4).

Figura 4 - 2º Plano Piloto com Modificação do Câmpus-Sede da UEM na Área da Malha - 1981



FONTE DOS DADOS BRUTOS: UEM. Prefeitura do Câmpus-Sede/ Diretoria de Obras e Projetos. (1981). Arquivos da divisão de projetos.

Organização: Yvaldyne Maria Neves de Couto Melo. CAD: Rodisney Redivo.

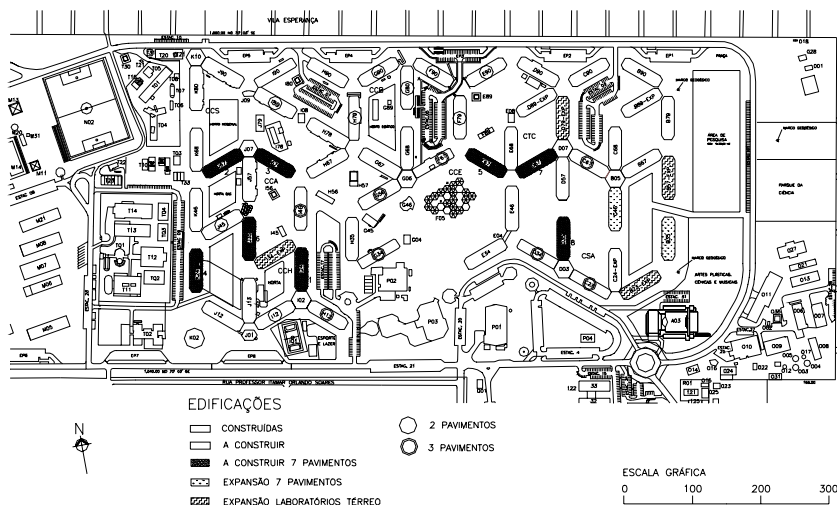
Mesmo assim, hoje a integração universitária inviabiliza-se neste território, por causa da baixa densidade construtiva, ou seja, de seu espaço geográfico, além de sua ocupação morosa.

O plano piloto, na área da malha, apresenta-se incapaz de absorver as necessidades de espaço a construir, atuais e futuras, caso não se verticalize parte das futuras edificações nesta área da malha.

Ao longo destes 19 anos, este plano vem sofrendo novas alterações na sua espacialidade em prejuízo de seus aspectos estéticos e funcionais, confinando seus espaços para atender às necessidades de instalações físicas. Seu processo de verticalização restringe-se à morfologia do edifício: onde, como, quanto, quando e com quais recursos verticalizá-lo.

Propomos uma densificação construtiva vertical sem aumentar a taxa de ocupação, coerente com seu entorno e de forma a comportar uma maior taxa de frequência no Câmpus-Sede da UEM pelo aumento pontual do índice de aproveitamento na área da malha – dez edificações com sete pavimentos, que equivalem, em metros quadrados, a 25 blocos com três pavimentos (Figura 5).

Figura 5 - 2º Plano Piloto com Modificação do Câmpus-Sede da UEM com Proposta de Verticalização na Área da Malha - Outubro 2000



FONTE DOS DADOS BRUTOS: UEM. Prefeitura do Câmpus-Sede (2000).

Arquivos da divisão de projetos.

Organização: Yvaldyne Maria Neves de Couto Melo. CAD: Rodisney Redivo e Luiz Bósio. Os futuros prédios da Reitoria e do Almoxarifado Central não foram locados, por se situarem na área das construções provisórias.

Isto significa que ocuparemos quarenta e sete por cento da área necessária aos blocos de três pavimentos.

Nada impede que se proponha uma nova linguagem arquitetônica para estas edificações verticalizadas, de forma a criar uma leitura mais comunicativa e orientativa no câmpus para os usuários.

Estas edificações deverão se constituir em marcos na paisagem do câmpus, tanto pelo porte – sete pavimentos, quanto pelo uso de inovador de tecnologias e materiais de acabamento, de novas formas, texturas e cores, ou seja, por uma nova estética e geografia de ocupação do espaço habitado no câmpus, na área da malha.

Em contrapartida, o solo liberado dos eixos da malha não deverá abrigar edificações de qualquer natureza e dimensão.

O programa básico das edificações de sete pavimentos é destinado às atividades didático-administrativas – salas de aula e salas administrativas dos centros e departamentos, além de anfiteatros e instalações de serviços.

ESPAÇOS PRODUZIDOS E A VERTICALIZAÇÃO

Para a conceituação de verticalização usamos como referencial teórico as abordagens feitas por MENDES (1992) e por SOUZA (1994).

MENDES (1992, p.31) refere-se ao conceito de verticalidade “associada ao aparecimento de edifícios altos em uma cidade”.

No processo habitual de verticalização, fica evidenciada a segregação na paisagem urbana segundo Cordeiro¹² *apud* MENDES (1992), em função das classes sociais que têm acesso ao processo. No caso da paisagem dos câmpus públicos, este processo deverá ter o papel de integrar a comunidade universitária, interagindo com seu entorno, em função da relação espaço universitário/espaço urbano e da verticalização deste.

O acima exposto identifica-se com a conceituação de verticalização como “resultado da multiplicação do uso do solo”, emitida por Ferreira¹³ *apud* MENDES (1992), associado o conceito de verticalização à liberação do solo, ou seja, na medida em que nos apropriamos do espaço vertical, na medida em que o multiplicamos, devemos liberar o espaço horizontal.

A antiga lei romana do imperador Ulpiano, que criou o *Heliocaminus*¹⁴, garantia ao povo romano do séc. II d.C. o direito ao sol (LAMBERT et al, 1987, p.15).

¹² In: CORDEIRO, Helena K. (1989). (Nota do autor citado).

¹³ In: FERREIRA, Nádia S. M. (1987). (Nota do autor citado).

¹⁴ Caminho do sol. (Tradução nossa).

A Carta de Atenas, resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam), ocorrido em 1933, ratifica a necessidade de insolação e da liberação do espaço frente à verticalização, no seu 26º princípio, e a necessidade de liberação do espaço frente à verticalização, em seu 20º princípio.

É evidente que esses princípios evoluíram e se estenderam às edificações destinadas aos escritórios prestadores de serviços, uma vez que a maior parte do trabalho humano não se desenvolve mais no campo, em função da mecanização, e sim nas cidades, em escritórios. Estes ambientes são favorecidos pelas inovações tecnológicas e surgem edifícios cada vez mais altos, elevadores cada vez mais rápidos, sistemas construtivos cada vez mais avançados, além de outros sistemas complementares.

Todo ser humano tem direito a ver a abóbada celeste e, conseqüentemente, direito à iluminação e à ventilação naturais. A legislação sobre os afastamentos entre edificações e o estabelecimento dos índices de aproveitamento do solo e das taxas de ocupação fazem parte da Legislação Municipal das Cidades Contemporâneas.

O conceito de verticalização emitido pelo próprio Mendes é o que segue:

Um processo intensivo de reprodução de solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, principalmente consubstanciado na forma de habitação como é o caso do Brasil, além da associação junto às inovações tecnológicas que interferem no processo, alterando a paisagem urbana (MENDES 1992. p.32).

Este conceito, enriquecido pelas variáveis inovações tecnológicas, vem ao encontro das nossas preocupações, visto ser imprescindível o uso da moderna tecnologia neste processo: o uso do concreto armado e dos metais que permitem grandes vãos na estrutura e a flexibilidade da planta livre; o uso do elevador e de equipamentos hi-tech, que possibilitam a construção até do edifício inteligente.

Em relação ao espaço especializado do câmpus, a verticalização assume características próprias para se consubstanciar, sem as características mercadológicas que lhe são inerentes na proposta habitacional brasileira, retornando à forma de serviços.

Destarte, o processo de verticalização no câmpus não será “a resultante no espaço produzido, de uma estratégia entre múltiplas formas de capital - fundiário, produtivo, imobiliário e financeiro” como considera provável SOUZA (1994. p.135), na análise do processo de verticalização em geral, já que o fundiário e o imobiliário não estarão presentes de forma direta no processo. Aqui, a estratégia a que se refere SOUZA (1994) definirá os limites politicamente e, quiçá, tecnicamente.

Destacaremos alguns dos aspectos, das características comuns, nos estudos de verticalização das cidades brasileiras realizados por RAMIRES (1998. p.101–

102), que se aplicam ao espaço universitário público: “A questão da modernidade”, “Técnica, espaço e verticalização”; “Impactos na estrutura interna da cidade – mudanças na estrutura social, valor e uso do solo urbano”; “Legislação urbana e verticalização”; e “Etapas da verticalização”.

A questão do gabarito, para as edificações no Câmpus – Sede da UEM, deverá ser fruto não só de suas necessidades como de seu território e contexto urbano, ou seja, de sua geografia. No caso do Câmpus-Sede da UEM, a Z07 apresenta uma verticalidade dos edifícios com até 21, 23 e 25 pavimentos – arranha-céus¹⁵ e média variando entre sete e oito pavimentos, ao passo que o Novo Centro tem uma verticalidade que atinge o gabarito de até 42 pavimentos.

A atual legislação municipal de Maringá prevê como cota máxima para as edificações 610 m, tanto para a zona comercial quanto para a zona residencial 4, onde se insere a Z07 e nesta a UEM. Os índices de aproveitamento diminuíram e as taxas de ocupação também, exigindo grandes áreas para a construção de edifícios, o que dificulta a construção de arranha-céus nas zonas comerciais e impossibilita sua construção na Z07.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O território universitário – câmpus, fundamentado nos princípios modernistas, necessita ser consolidado e sua espacialidade interna reestudada, sempre que possível e necessário.
- A relação espaço universitário x espaço urbano tem melhorado com o fenômeno do rápido crescimento das cidades, que facilitou o uso da estrutura urbana e o acesso aos câmpus pela malha viária.
- A gestão do Estado/Governo na consolidação dos espaços universitários públicos – território e edificações, é de fundamental importância, juntamente com o capital – recursos financeiros provenientes do tesouro e de outras fontes, devendo o Estado/Governo assumir sua parcela de responsabilidade.
- As intervenções no plano piloto dos câmpus devem ser objeto de um planejamento global, intencional e dirigido em função das novas necessidades e da realidade econômica.

¹⁵ O arranha-céu é considerado tomando-se por base 21 pavimentos.

- A localização e organização dos espaços universitários públicos brasileiros, em sua maioria consolidados em câmpus, refletem a política de ensino vigente no país, as pressões políticas externas e as mercadológicas internas, a ação correspondente do Estado/Governo nos seus diversos níveis e o capital por ele disponibilizado.
- Com o processo de verticalização as atividades de ensino, além das administrativas, deixarão de ser setorizadas rigidamente, porque num único edifício conviverá mais de uma área de conhecimento.

No que se refere à verticalização da UEM, parte do projeto de financiamento solicitado por esta Instituição de Ensino

- Superior ao BNDES pode ser reformulada dentro da proposta de verticalização apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, I. J., MENDES, C. M. Uma forma inovadora de se morar: a verticalização no Jardim Universitário – Maringá/Pr. *Boletim de geografia*, Maringá, v. 17, n.1, p. 59 – 72, 1999.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 150 p.
- CAMPOS FILHO, C. M. O processo de urbanização visto do interior das cidades brasileiras: a produção, apropriação e consumo do seu espaço. In: *Cidades Brasileiras: seu controle ou o Caos*. São Paulo: Nobel, 1992. Cap.3, p.45-70.
- CANEVACCI, M. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. Tradução Cecília Prado. – São Paulo: Studio Nobel, 1993. 238 p.
- CAPEL, H. La lógica del crecimiento urbano en España. In: *Capitalismo y morfología en España*. Barcelona: Círculo de Lectores. 1990. p.67-135.
- CHRISTEN, M. et al. O Novo Câmpus da FURB: o papel da universidade na sociedade e no espaço urbano. *Dynamis – Revista Tecno-científica*, v. 6, n.º 3, p. 49-67, abr./jun., 1998.
- COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE MARINGÁ – Codem e Convênio Codepar. *Plano diretor de desenvolvimento de Maringá*. Maringá, 1967. 2 v.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.
- CUNHA, L. A. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. *Cipedes*. n.1 p.1-15, jun.. 1998, [on line]. Available from Internet. <http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/n1/cunha2.html>. Acesso em: 22

- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI*. Dicionário Eletrônico. Lexicon Informática Editora Nova Fronteira, 2000.
- GASPARI, E. A escola pública vira sucata: a privada ganha BNDES. *Folha de São Paulo*, 27 fev. 2000. p.13.
- GRUPO DE PLANEJAMENTO FÍSICO DA UEM, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. *Avaliação do plano piloto do câmpus universitário da UEM, com proposta de modificação*. 1977.
- KOHLSDORF, G. R., KOHLSDORF, M. E. Questões metodológicas no processo de desenho urbano. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Desenho Urbano I*. São Paulo, v.1, n.12, p. 55-62, set. 1984.
- LAMBERT, R., DUTRA, L., PEREIRA, F. O. R. Um breve histórico. In: *Eficiência energética na arquitetura*. São Paulo: Power Gráficos e Editores Associados, 1997. p14-26.
- LE CORBUSIER. *La Charte d'Athènes*. Paris: Éditions de Minuit. 1957. 118 p.
- MALTA, M. Câmpus universitário brasileiro: algumas questões. In: TURKIENICZ, B., MALTA, M.(Ed.) *Desenho Urbano. Anais do II SEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986 p. 162-170.
- MENDES, C. Miranda. *O edifício no jardim: um plano destruído, a verticalização de Maringá*. São Paulo, 1992. 363 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.
- NOVO *Dicionário da Folha / Webster's*, 1997. São Paulo: Plural, 996/1997. p.42.
- OXFORD *Advanced Learner's Dictionary*. 4. Ed. Great Britain: Oxford University Press, 1989. p.163.
- RAMIRES, J. C. L. *A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1998. 112 p.
- SANTOS, E. A. M.; MELO, Y. M. N. C.:O Estado como agente produtor do espaço. In: *Seminário da disciplina agentes do mercado imobiliário e verticalização*. Maringá: UEM, set. 1999. 11 p.
- SOUZA, M. A.A. *A identidade da metrópole: a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994. 113 p.
- UEM. Prefeitura do Câmpus-Sede/ Diretoria de Obras e Projetos. *Avaliação do plano piloto do campus universitário da uem com proposta de modificação*. Maringá: [s. n.], 1981.

VASCONCELLOS, L. M. Por uma alternativa urbana para a universidade. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Desenho Urbano II*. São Paulo, v. 13, p. 65-74, 1984.

ZIMBRES, M. S. et al. O Câmpus do pós - milagre: alternativa para o caso da UnB. *In: TURKIENICZ, Benamy; MALTA, Maurício (Ed.). Desenho urbano. Anais do II SEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP. 2. edição, 1986. p.367 - 373.